



PLANETA

LUTA

Pelicano-marrom tenta alçar voo na Baía de Barataria, na costa da Louisiana. Desde o início do vazamento de óleo no Golfo do México, mais de 300 animais já apareceram mortos nas praias e manguezais.



CHARLIE RIEDEL/AP

estadão.com.br

Leia. Preço da energia alternativa está em queda
estadão.com.br/planeta

Moradores da Jureia tentam evitar despejo de famílias

Associações de moradores da Jureia, no litoral sul paulista, iniciaram ontem uma campanha pela internet para evitar o despejo de 360 famílias que habitam o interior da reserva ecológica. Um abaixo-assinado pede apoio a um projeto de transformação da Estação Ecológica de Jureia-Itatins em Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O modelo permitiria a permanência das comunidades no interior da mata. Isso porque o Ministério Público Estadual (MPE) deu prazo de 120 dias



VALÉRIA GONÇALVES/AE

Paraíso. A reserva Jureia-Itatins abriga 360 famílias

para que o governo estadual promova a retirada dos moradores.

De acordo com Arnaldo Rodrigues, da União de Moradores da Jureia (UMJ), foram encaminhados os pedidos de audiência com o governador do Estado, Al-

berto Goldman, para discutir o novo projeto. “Estamos reforçando com a coleta de assinaturas. Essas comunidades vêm há mais de quatro séculos usando os recursos naturais de maneira sustentável”, diz Rodrigues.

INICIATIVA

Campanha quer livrar Jardins do lixo irregular

Garrafas PET, entulho de pequenas reformas, folhagem e galhos e troncos descartados irregularmente tiram o sono de moradores dos Jardins, em São Paulo. “A Praça das Nações Unidas e a Gastão Vidigal estão virando depósito de lixo”, alerta João Maradei, diretor da Associação Amejardins, que iniciou este mês uma campanha para resolver o problema. A associação disponibilizou e-mails e telefones para denúncia de descarte irregular e imprimiu material sobre o tema (amejardins@amejardins.com.br). “Há casos em que a Prefeitura limpou o mesmo lugar quatro vezes no mês”, diz ele, salientando que as Ruas Suíça, Turquia e Antilhas são pontos problemáticos.

● Olho no desperdício

135 litros

é o gasto médio de água em um banho com duração de 15 minutos. Se o tempo do banho for reduzido para 10 minutos, o gasto será de 90 litros de água.

ÁGUA

Oceanos estão sob risco, alerta WWF

Os oceanos de todo o mundo estão sendo explorados além de sua capacidade de recuperação, alertou ontem a ONG ambientalista WWF. Segundo a entidade, os governos estão fracassando na proteção aos ecossistemas marinhos, o que trará consequências à segurança alimentar de cerca de 520 milhões de pessoas ligadas à atividade da pes-

ca, em todo o mundo. O maior problema são as áreas localizadas em águas internacionais. Cerca de 65% dessas áreas pesqueiras oceânicas estão passando por um processo de superexploração. Segundo Alistair Graham, assessor de políticas oceânicas do WWF, a pesca em águas internacionais muitas vezes ignora as recomendações científicas. “Menos de 1% dos oceanos estão protegidos”, diz. /ANDREA VIALI, JOSÉ MARIA TOMAZELA e KARINA NINNI, ESPECIAL PARA O ESTADO

● Faça a sua parte

Desative a função de água quente das máquinas de lavar roupa e louça. Isso representará uma economia de energia de até 50%.

Desmatador pode ter cinco anos de moratória

Proposta, incluída na reforma do Código Florestal pelo relator Aldo Rebelo, isentaria produtores rurais que não respeitam a lei de multas até 2016

BRASÍLIA

Produtores rurais que descumpriram o Código Florestal terão mais cinco anos para se ajustar à nova legislação. A moratória é prevista no relatório que o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) apresenta hoje, com mudanças no código. A intenção é levar a proposta ao plenário da Câmara antes das eleições.

No período de cinco anos da moratória, os produtores rurais em desacordo com a lei não poderão ser multados. Caso o projeto seja aprovado e entre em vigor em 2011, as punições só começarão em 2016, depois do final do mandato do sucessor de Lula.

Decreto baixado em dezembro pelo presidente havia suspenso as punições até junho

de 2011. Há mais de R\$ 10 bilhões de multas em processo de cobrança.

O relatório mantém o percentual de propriedades que deverá ser preservado como Reserva Legal (entre 20% e 80%, dependendo da região), mas transfere aos Estados a prerrogativa de arbitrar quais áreas deverão ou não ser preservadas, até mesmo nas margens de rios. A ideia é manter as áreas ocupadas com a produção de alimentos.

As áreas de proteção permanente, às margens dos rios, poderão ser descontadas no percentual da Reserva Legal. E as propriedades pequenas, com até 4 módulos rurais, ficarão dispensadas de cumprir a área de reserva. Os demais produtores terão regras de preservação para as áreas que superarem 4 módulos.

“É mais fácil desagradar que agradar a gregos e a troianos”, comentou Rebelo. Ele disse que procurou manter os atuais percentuais de Reserva Legal, flexibilizando a exigência de Áreas de Preservação Permanente e sem prejudicar a agricultura.

“O maior problema não está na Amazônia, mas em São Paulo e no Rio Grande do Sul”, disse o relator. Na Amazônia, a lei exige Reserva Legal de 80% da dimensão das propriedades. Áreas desmatadas, consideradas “consolidadas” pelas leis estaduais, poderão ser liberadas de parte dessa exigência. /MARTA SALOMON

Leia artigo de Aldo Rebelo sobre o Código Florestal Brasileiro
Pág. A02



WILTON JUNIOR/AE-1/7/2009

Moratória. Área de floresta desmatada na região de Marabá, no Pará; multas suspensas

Artigo

Devemos melhorar o código, não desfigurá-lo

A proposta do novo Código Florestal Brasileiro, caso aprovada e posta em prática, representará o pior retrocesso ambiental dos últimos 45 anos da história do País

*** JEAN PAUL METZGER, THOMAS LEWINSOHN, CARLOS JOLY e DANILO BOSCOLO**

Uma revisão do Código Florestal Brasileiro é desejável, desde que ele se torne mais eficiente para cumprir seu objetivo maior: conservar a integridade dos ecossistemas nativos brasileiros. A revisão deve ser baseada em todo o conhecimento científico relevante e em análises isentas. Não é essa, porém, a base das mudanças propostas.

O principal argumento para alterar o Código Florestal Brasileiro é que, em sua forma atual, ele bloqueia a expansão do agronegócio e coloca na ilegalidade boa parte dos produtores rurais. O que não é verdade. O relatório busca resolver uma suposta escassez de terras agricultáveis no Brasil, flexibilizando as restrições atuais, mas a um custo altíssimo: engendra a ampla legalização do corte de florestas, cerrados e outras ve-

getações brasileiras, o que provocará a maciça extinção de espécies e um aumento nas emissões de carbono do País. Isso contraria as posições e compromissos ambientais do governo brasileiro quanto à conservação de biodiversidade e redução de emissões.

Pela proposta, delega-se aos Estados a definição das Áreas de Preservação Permanente (APP), além de incorporá-las às Reservas Legais (RL) das propriedades rurais. O envolvimento de esferas decisórias e agentes locais na implementação da legislação em cada Estado ou município é desejável, mas compete ao código federal estipular critérios mínimos para as APP, a serem respeitados em todo o território nacional, para que se reduzam grandes tragédias, como as enchentes e os deslizamentos ocorridos no último verão.

As RL, por sua vez, têm função própria e distinta das APP. Diferentemente de representar uma penalização para o cultivo, tais reservas contribuem substancialmente para os serviços ecossistêmicos, pois aumentam a qualidade, a produtividade e a longevidade das áreas cultivadas e reduzem sua degradação, garantindo, por exemplo, a disponibilidade de agentes polinizadores naturais, os quais podem reduzir os custos de produção de frutas e de grãos.

A liberação nas RL do cultivo de espécies exóticas, como o dendê ou o eucalipto, perverterá sua finalidade e eficiência ambiental. Do mesmo modo, a proposição de permitir a transferência das RL de cada propriedade para áreas remotas abre espaço para intercâmbios de conveniência, expondo regiões extensas à exploração intensiva, sem qual-

quer proteção ambiental.

O Código Florestal Brasileiro deve, sim, ser atualizado e aperfeiçoado. Sua flexibilização criteriosa, por exemplo, pela redução das RL das pequenas propriedades na Amazônia, é importante para conciliar as demandas da produção agrícola com a preservação, o manejo e a restauração ambientais. A comunidade científica brasileira que melhor conhece essas questões foi pouco consultada e menos ainda ouvida.

Por isso, em vez de representar um instrumento avançado de integração e conciliação, a proposta do novo Código Florestal Brasileiro, caso aprovada e posta em prática, representará o pior retrocesso ambiental dos últimos 45 anos da história do País.

*** PESQUISADORES DA USP, UNICAMP E UNIFESP, ESPECIALISTAS EM ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

Chefe de clima da ONU não crê em metas fortes em dez anos

Yvo de Boer fez declaração pessimista em Bonn, onde ocorre reunião preparatória para a COP-16

♦ Afra Balazina
ENVIADA ESPECIAL / BONN

O chefe de mudanças climáticas das Nações Unidas, Yvo de Boer, admitiu ontem que não vê o progresso da negociação entre 194 países chegar, na próxima década, a metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, que provocam o aquecimento global. “Não vejo esse processo entre-

gando metas de mitigação na próxima década. Mas vejo isso ocorrendo um dia”, disse o secretário executivo da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC). A declaração pessimista foi dada em Bonn, na Alemanha, onde ocorre uma reunião preparatória para a Conferência do Clima da ONU em Cancún, no México, no fim do ano – a COP-16.

O holandês está a menos de um mês de deixar o cargo, que será ocupado pela costa-riquenha Christiana Figueres. Recentemente, Boer afirmou que não tem esperanças de que um acordo forte, com validade jurídica, seja assinado em Cancún neste ano. As afirmações irritaram os

mexicanos, que dizem ter altas expectativas para o encontro.

A primeira fase de compromisso do Protocolo de Kyoto, em que os países ricos decidiram cortar 5% das emissões, acaba em 2012. E ainda não existe outro tratado com metas para ser colocado em seu lugar ou dar continuidade a ele.

A ambição para um segundo compromisso está baixa: as metas de corte mencionadas até agora ficam entre 13% e 15% até 2020, segundo Boer. O ideal, de acordo com cientistas do Painel do Clima da ONU, é algo entre 25% e 40% até 2020. A Noruega é o único país com proposta de reduzir em 40% suas emissões.

PARA ENTENDER

Os países precisam entrar em acordo para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e evitar que a temperatura do planeta suba mais que 2°C.

Segundo a ciência, um aumento maior seria catastrófico e causaria enchentes, maior frequência de tempestades e ciclones e secas prolongadas. Também seriam afetados o abastecimento de água e a capacidade de produção de alimentos.

A REPÓRTER VIAJOU A CONVITE DA UNFCCC

Controlado vazamento de óleo na Bacia de Campos

RIO

A Petrobrás informou que controlou um vazamento de cerca de 1,5 mil litros de óleo em um de seus campos de exploração na Bacia de Campos. O vazamento foi identificado no entorno da plataforma de processamento P-47, no campo de Marlim.

A plataforma é usada como suporte para tratamento e armazenagem do petróleo extraído das plataformas. O vazamento teria sido provocado por problema em um mangote, tubo flexível usado na transferência de óleo da P-47 para o navio aliviador Cap Jean.

Os sinais do óleo no mar fo-

ram descobertos pouco antes do início da operação. Uma sindicância foi aberta para apurar as causas do acidente.

Golfo. Executivos da empresa British Petroleum (BP), concessionária de um poço de petróleo que vaza desde o fim de abril no Golfo do México, afirmaram que planejam colocar, em julho, uma tampa maior que a instalada atualmente sobre o poço. A tampa atual coleta cerca de 1,7 milhão de litros de óleo bruto por dia, segundo a Guarda Costeira.

A nova tampa providenciaria “um encaixe melhor e mais firme” que a atual, disse o porta-voz da BP, Robert Wine. /COM AP